



ID: 118990240

05-09-2025

Imigrantes com diploma lutam para ter trabalho qualificado

Governo quer atrair imigrantes “altamente qualificados”, mas o caminho é cheio de obstáculos

JULIANA IORIO

A polémica Lei de Estrangeiros que teve o chumbo do Tribunal Constitucional (TC) em algumas normas, e que irá ser reformulada pelo Governo, prevê restringir o visto de procura de trabalho às chamadas “atividades altamente qualificadas”, numa tentativa de alinhar a imigração “com a necessidade de captação de talento e capital humano”. A norma, que não foi avaliada pelos juízes do TC, foi alvo de críticas pela ausência de critérios claros, remetendo a definição das “competências técnicas especializadas” para uma futura portaria, a elaborar pelos membros do Governo com tutela sobre os Negócios Estrangeiros, as Migrações, a Educação e o Trabalho.

As incertezas são muitas: como serão reconhecidas as qualificações destes imigrantes? Estarão sujeitos às barreiras burocráticas e financeiras já existentes? Estará o visto alinhado com os sectores do país que mais necessitam de mão de obra qualificada — e quais são esses sectores?

A advogada Filipa Santos Costa, especialista em imigração e asilo, explica que nunca existiu uma portaria que definisse o que é um “imigrante altamente qualificado”, tratando-se de “um conceito vago e indeterminado, que pode ser interpretado de forma diferente consoante a embaixada onde o imigrante solicite o visto”. A jurista considera essencial clarificar o conceito antes da sua aplicação legal, para que deixe de ser ambíguo e se torne mais justo para os imigrantes.

O diretor científico do Observatório das Migrações, Pedro Góis, admite que esse conceito possa vir a ser definido de duas formas: com base nos tipos de visto ou através do já revogado estatuto de residente não-habitual, que anteriormente listava um conjunto de profissões de elevado valor acrescentado,

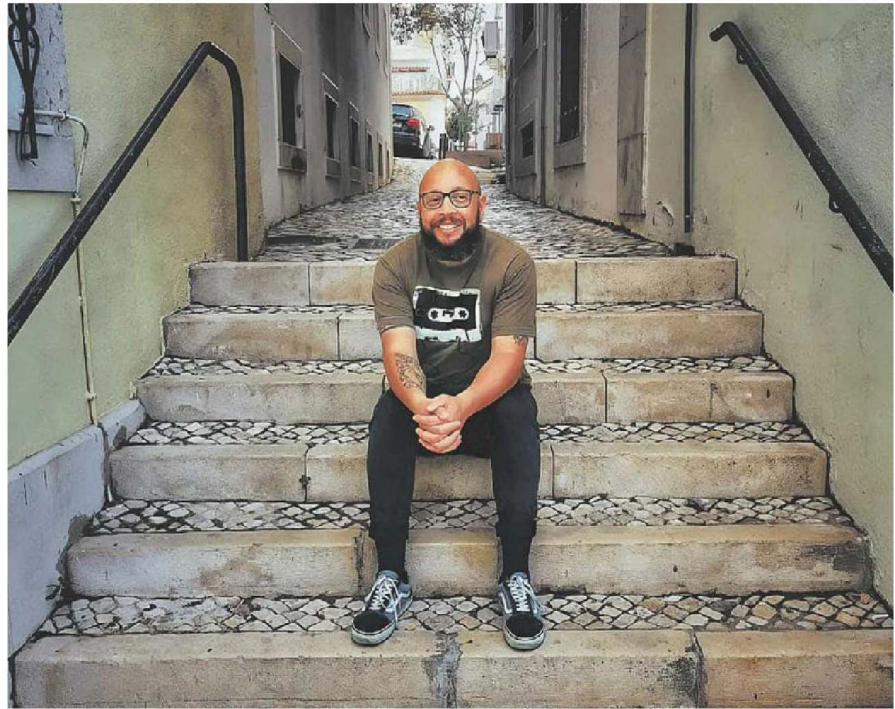
como engenheiros, médicos, professores do ensino superior, entre outras. O sociólogo fala ainda das áreas em que é exigido um reconhecimento das qualificações, como Medicina, Direito ou Engenharia e lembra que em alguns casos ela depende de acordos de reciprocidade entre países. Até julho de 2023, os advogados brasileiros beneficiavam de um acordo entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Ordem dos Advogados de Portugal (OA). Contudo, esse acordo foi revogado.

Mal pagos

Luciano Bandy, 50 anos, é brasileiro, licenciado e pós-graduado em Direito. Chegou a Portugal em 2017, com cidadania italiana e beneficiando do acordo de reciprocidade entre a OAB e a OA. Conseguiu inscrever-se facilmente na OA, mas não teve a mesma facilidade para exercer a profissão. Hoje trabalha como operador de logística numa fábrica na Trofa. “Quando você vai em busca de emprego na área do Direito em Portugal, sendo brasileiro, nem te entrevistam porque todas as suas habilitações vieram do Brasil e as pessoas pressupõem que você não percebe nada da legislação daqui”, explicou.

E conta que fez cursos, assistiu a julgamentos, estudou o direito em Portugal, mas quando surgiam propostas os salários eram idênticos aos de um “operador de máquinas”. “O facto de eu ser estrangeiro

Estima-se que 42,8% dos estrangeiros exercem funções abaixo do seu nível de qualificação



Rodrigo Soares da Silva (no topo) não conseguiu exercer a profissão em Portugal e reemigrou para o Reino Unido; Luciano Bandy (em cima) é advogado e está inscrito na Ordem, mas não conseguiu trabalho na área; a colombiana Laura Ramírez (à dir.) encontrou na língua portuguesa um obstáculo FOTOS D.R.

facilita essas propostas, porque um português não as aceita, mas muitos estrangeiros sim”, lamenta. E vaticina: “Não adianta atrair profissionais qualificados pois eles não irão ficar quando virem os salários”.

Laura Ramírez, jornalista colombiana de 42 anos, chegou a Portugal em 2023 com um visto de procura de trabalho. Apesar de ter um mestrado em Relações Internacionais e formação em Community Welfare Work, nunca conseguiu emprego nas suas áreas de qualificação. A única experiência como jornalista foi através do Migrant Media Project, promovido pela Associação Pão-a-Pão, o jornal Expresso e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Laura concluiu cursos de Português (níveis A1 e A2), mas reconhece que a fluência limitada pode ter sido um entrave. No entanto, mesmo ao candidatar-se a vagas que apenas exigiam inglês ou espanhol, não obteve qualquer resposta. Com o visto de procura de trabalho — que permite procurar emprego durante quatro meses —, teve de aceitar “o primeiro que apareceu”: empregada



de mesa num hotel. Hoje, trabalha como “moderadora de conteúdos” e considera que a proposta de alteração à Lei de Estrangeiros “não faz sentido” sem programas de acolhimento específicos para profissionais qualificados: “Sem isso, eles irão passar pelas mesmas situações por que eu passei”.

Rodrigo Soares da Silva, de 41 anos, também é jornalista e tem o português como língua materna por ser natural do Brasil. Apesar disso, só conseguiu trabalho nas áreas da construção civil e das telecomunicações. Ouvia recorrentemente: “Brasileiro? Não.” Informalmente diziam-lhe: “Falamos línguas diferentes.” Há dois meses, reemigrou para Newark, em Inglaterra, onde conseguiu regressar ao jornalismo, ainda que como *freelancer*. “Aqui não sinto resistência por ser brasileiro — antes pelo contrário, percebem que trago uma perspetiva diferente das coisas”, afirma. Para ele, o preconceito linguístico e o estereótipo de que “o imigrante veio roubar o trabalho ao português” continuam muito presentes em Portugal. A socióloga e investigadora do ISCTE Filipa Pinho acredi-

ta que a referência à “imigração altamente qualificada” na proposta de alteração à Lei de Estrangeiros pode ter surgido precisamente para “acalmar os ânimos face à percepção de que houve um crescimento muito grande da imigração não qualificada no país” e de que esses imigrantes “teriam vindo roubar o trabalho dos portugueses” quando já se sabe que “vieram fazer o trabalho que os portugueses não querem fazer”.

Onde falta mão de obra?

Pedro Góis reconhece a dificuldade em mapear as necessidades do país. Sinais como o aumento dos salários

O Governo terá de definir o que entende por “imigrante altamente qualificado”

e a aproximação entre recrutadores e Governo ajudam a detetar essas carências, “mas não se sabe por quanto tempo elas se irão manter”. “E nós, para conseguirmos trazer esses profissionais do estrangeiro, demoramos meses”, acrescenta. Ainda assim, admite que há áreas em que é possível antecipar essas carências, como a medicina e a enfermagem.

Melany Marquina, médica dentista venezuelana de 43 anos, vive no Porto desde 2019 mas ainda não consegue exercer a sua profissão. Fugiu da instabilidade política no seu país com o marido português e a filha, mas deparou-se com um processo burocrático e dispendioso para validar o diploma. Chegou a ser aceite por uma universidade privada, mas descobriu que não se tratava de uma equivalência e sim da obtenção de um novo título pelo qual teria de pagar €18 mil, o que tornou a opção inviável. A alternativa, através de uma instituição pública, implicava a realização de um exame que, segundo ela, era “difícil e caro”.

A situação agravou-se após o divórcio e o regresso do ex-marido à Venezuela. Melany ficou em Portugal com a filha e foi trabalhar numa empresa de *call center* espanhola. Presta ainda serviços de estética e frequenta um curso de assistência dentária, por sugestão de um Centro Qualifica — um serviço público que orienta adultos na melhoria das suas qualificações. Crítica o desajuste entre a promessa de atrair talento qualificado e a realidade, pois, “se as condições para o reconhecimento das qualificações se mantiverem, esses imigrantes não vão conseguir fazer nada aqui”, desabafa.

De acordo com um estudo recentemente publicado pela Randstad Research, 42,8% dos estrangeiros exercem funções abaixo do seu nível de qualificação, em contraste com 15,7% dos trabalhadores portugueses.

sociedade@expresso.imprensa.pt